



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

PROCESSO Nº: 33.846/17-e

ORIGEM: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD

ASSUNTO: Representação

EMENTA: **Representação nº 8/17-ML** formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, sobre possível irregularidade na subestimativa de cadastro reserva estabelecido no Edital nº 35/DGP-PMDF, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares – CFOPM, da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, com pedido de medida cautelar. **Decisão nº 4.998/17:** conhecimento da representação, sem o deferimento da cautelar; fixação de prazo à PMDF, para apresentação de esclarecimentos; e ciência da decisão ao representante. **Decisão nº 6.081/17:** cumprimento de diligência; procedência parcial da representação; recomendação à PMDF; ciência da decisão ao signatário da representação; e autorização para continuidade do certame regulado pelo Edital nº 35/DGP-PMDF e arquivamento dos autos. Oposição de embargos de declaração por determinado senhor com vistas a suprir omissão na Decisão nº 6.081/17. **Nesta fase:** análise dos embargos declaratórios. **Voto pelo não conhecimento dos embargos de declaração, por não ser o autor do recurso parte nos autos.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 8/17-ML formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, sobre possível irregularidade na subestimativa de cadastro reserva estabelecido no Edital nº 35/DGP-PMDF, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares – CFOPM, da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, com pedido de medida cautelar.

Na primeira assentada, o Tribunal, por meio da Decisão nº 4.998/17, admitiu a representação em tela, sem o deferimento de cautelar, fixando prazo à PMDF para apresentação de justificativas a respeito da definição do quantitativo de candidatos que irão compor o cadastro de reserva no concurso público para a admissão ao CFOPM, regulado pelo Edital nº 35/DGP-PMDF (item 1.2), tendo em vista o largo período necessário para o ingresso dos candidatos no oficialato, bem como o que dispõe o artigo 11 do Decreto federal nº 6.944/09.

Após as justificativas apresentadas pela Corporação, e o pertinente exame, esta Corte, mediante a Decisão nº 6.081/17, adotada na sessão de 14.12.17, deliberou por:

“I – tomar conhecimento do Ofício nº 1440/17-GCG (Peça 15), oriundo da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, tendo por cumprida a diligência determinada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

pelo item III da Decisão nº 4.998/17; II – considerar parcialmente procedente a Representação nº 8/17-ML; III – recomendar à PMDF que, no prazo de validade do concurso, considerado o período de prorrogação, havendo necessidade de convocar novos candidatos para atender à necessidade de pessoal da Corporação, nos termos do art. 11 do Decreto Federal nº 6.944/09, pode-se afastar a aplicação da regra constante do item 19.1.1 do Edital nº 35/DGP-PMDF; IV – dar ciência desta decisão ao signatário da Representação nº 8/17-ML e à PMDF; V – autorizar: a) a continuidade do certame regulado pelo Edital nº 35/DGP-PMDF, em face do desfecho da matéria em apreço, a teor do item IV da Decisão nº 5.683/17, adotada no Processo nº 37.219/16-e; b) o arquivamento dos autos.

No dia 19.12.17, o Senhor Matheus Vilela Gonçalves da Fonseca deu entrada nesta Casa com embargos de declaração, objetivando suprir omissão na citada decisão.

Esta fase presta a examinar, pois, os embargos declaratórios contra a Decisão nº 6.081/17.

É o relatório.

VOTO

Em exame, nesta etapa, os embargos de declaração opostos pelo Senhor Matheus Vilela Gonçalves da Fonseca, em face da Decisão nº 6.081/17, disposta a seguir:

“I – tomar conhecimento do Ofício nº 1440/17-GCG (Peça 15), oriundo da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, tendo por cumprida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 4.998/17; II – considerar parcialmente procedente a Representação nº 8/17-ML; III – recomendar à PMDF que, no prazo de validade do concurso, considerado o período de prorrogação, havendo necessidade de convocar novos candidatos para atender à necessidade de pessoal da Corporação, nos termos do art. 11 do Decreto Federal nº 6.944/09, pode-se afastar a aplicação da regra constante do item 19.1.1 do Edital nº 35/DGP-PMDF; IV – dar ciência desta decisão ao signatário da Representação nº 8/17-ML e à PMDF; V – autorizar: a) a continuidade do certame regulado pelo Edital nº 35/DGP-PMDF, em face do desfecho da matéria em apreço, a teor do item IV da Decisão nº 5.683/17, adotada no Processo nº 37.219/16-e; b) o arquivamento dos autos.”

Segundo o embargante, o Tribunal, considerando o debate realizado na sessão que resultou na citada decisão, se omitiu, por não ter fixado, expressamente, o quantitativo de vagas sobre o qual incidiria o art. 11 do Decreto federal nº 6.944/09, qual seja, o total de 200 vagas (50 vagas iniciais mais 150 do cadastro reserva), conforme previsto no item 19.1.1 do Edital nº 35/DGP-PMDF.

Pediu, pois, ao Tribunal que conheça dos embargos declaratórios, saneando, no mérito, a omissão existente na Decisão nº 6.081/17, de modo a constar como 200 o total de vagas a ser considerado para possível aplicação do art. 11 do Decreto federal nº 6.944/09.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Passo, inicialmente, ao exame de admissibilidade dos embargos de declaração.

No ponto, verifico, conforme o art. 287 do RI/TCDF, que o recurso, embora preencha o requisito da tempestividade, não satisfaz ao da legitimidade.

De acordo com o § 1º do art. 287 do RI/TCDF, os embargos declaratórios somente podem ser opostos **pela parte** ou pelo MPJTCDF, para suprir eventual obscuridade, omissão ou contradição em decisão do Tribunal.

O signatário do recurso não é parte nos autos, ainda que possa ser atingido quando da implementação da Decisão nº 6.081/17 pela PMDF.

Não convém ao embargante erguer dúvida junto ao Tribunal em relação ao disposto na Decisão nº 6.081/17, por não lhe caber o atendimento dessa decisão. No caso, competiria mais à PMDF, a quem foi destinada a recomendação objeto daquela decisão, onde recairia a dúvida lançada, levantar questionamento acerca de possível obscuridade, omissão ou contradição na Decisão nº 6.081/17, o que não ocorreu até o presente momento.

Entendo, assim, que o recurso não deve ser admitido.

Com isso, desnecessário se faz avançar no exame de mérito dos embargos declaratórios.

Diante do exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – não conheça dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Matheus Vilela Gonçalves da Fonseca, em face da Decisão nº 6.081/17, por não ser parte nos autos, conforme disposto no § 1º do art. 287 do RI/TCDF;

II – dê ciência desta decisão ao recorrente;

III – autorize o arquivamento dos autos.

Brasília, em de de 2018.

MANOEL DE ANDRADE

Relator